

Os dramas sociais dos seringueiros no período da “Batalha da Borracha”

The social dramas of the seringueiros in the period of the “Battle of the Rubber”

Francisco Eleud Gomes da Silva¹
Emerson Dias da Silva²
Eduardo Gomes da Silva Filho³

Submetido em: 20/08/2022
Aprovado em: 20/08/2022
Publicado em: 23/08/2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.343

Resumo

No texto, buscar-se-á uma análise de um tema de tamanha importância histórica, sabendo que um dos ofícios dos historiadores é relembrar os fatos históricos e reinterpretá-los, partindo desse pressuposto, não poderíamos esquecer-nos de mencionar os dramas sociais pelos quais passaram os migrantes nordestinos que vieram com a missão de cortar seringa para ajudar no esforço de guerra do Governo Federal, através dos “Acordos de Washington”, e que ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”. Nosso objetivo é desmistificar os “soldados da borracha”, sem, no entanto, utilizá-los, pois esses atores sociais e históricos enquanto sujeitos, foram importantíssimos para a história do Amazonas, do Brasil e do mundo.

Palavras-chave: Seringueiros. Batalha da Borracha. Amazônia.

Abstract

In the text, an analysis of a topic of such historical importance will be sought, knowing that one of the jobs of historians is to remember historical facts and reinterpret them, based on this assumption, we could not forget to mention the social dramas by which the Northeastern migrants who came with the mission to cut rubber to help in the Federal Government's war effort passed through the “Washington Accords”, and who became known as “Rubber Soldiers”. Our objective is to demystify the “rubber soldiers”, without, however, victimizing them, since these social and historical actors, as subjects, were extremely important for the history of Amazonas, Brazil and the world.

Keywords: Rubber tappers. Rubber Battle. Amazon.

1 Introdução

Para iniciarmos a análise, destacamos abaixo os cânticos dos soldados da borracha, que refletem a situação em que eles se encontravam naquele momento, muitos sem saber nem para onde eram encaminhados, sem entender nem ao menos o contexto daquela guerra, sem nunca terem conhecimento da realidade de um seringal, nessas condições vieram.

Assim como os soldados vão para a guerra cantando os seus hinos, os flagelados da Batalha da Borracha criaram, no seu desespero e na sua esperança, personagens e expressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar. Personagens e expressões de grande valor sociológico e humano, pois revelam os diferentes estados d'alma nordestino no seu primeiro entreeiro na frente amazônica. Essas manifestações e explosões do espírito sertanejo abrangem uma extensa escala de situações individuais e coletivas, constituindo um desafio e uma manifestação espontânea, quase lírica, do drama por que passaram, inconscientes, muitas vezes, do papel que estavam representando no “anfiteatro amazônico”. Neles vamos encontrar uma verdadeira tipologia humana a revelar sentimentos psíquicos de revolta, ódio, paixão, desespero, mágoa, aflição, arrependimento, sacrifício, bem como de fé, amor, esperança, coragem, fascínio, fortuna e salvação. Daí a razão deste canção. Nele procuramos descrever a classificação humana do imigrante, repetir o seu cantar folclórico espontâneo, traduzir a minha interpretação e o meu canto sociológico, e identificar o nome e a origem do personagem imigrante. A partir daquele instante, um pouco depois, em plena II Grande Guerra, nos 42 e 43, quando as entrevistas foram realizadas, o

1

1 Servidor Público Federal. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: f.eleud@hotmail.com.

2 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: emersonge1980@hotmail.com.

3 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

nordestino iria iniciar a sua Grande Marcha e participar da luta no “front” seringueiro.

Repetindo o texto bíblico, poderíamos lembrar: “O tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra”. As seringueiras vão ser sangradas, e de seu “choro” e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o “seringueiro” ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a vitória, porque a sua Batalha da Borracha – não teve, para ele, nem começo nem fim. Deixemos, pelo menos, que ele cante o seu cântico, aqui, antes que eu me esqueça.

Flagelados: “A seca me cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome” – geografia da fome na expulsão do homem. Joaquim Moreira de Souza, de Russas. Delirantes e iludidos: “Eu vim mode a seringa que tá uma benção. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador” – a borracha na economia de apelo. Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

Transumantes: “Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos” – economia de trânsito “mode” a geografia de inverno. José Lino de Araújo, de Campos Sales.

Românticos: “Não sou fanático de dinheiro” vim a procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos” – Terra prometida: “Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei” – Gênesis. José Florêncio, da Serra Meruoca.

Valentes: “com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera” – a coragem no instituto pioneiro da penetração. Francisco Horário Sobreira de Belém do Rio São Francisco, Pernambuco.

Agricultores: “Sou perdido pela plantação. Vim a procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar” – a chuva corrigindo a seca. João Garcia de Medeiros, de Carnaúbas.

Desadaptados. “Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n’água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido pra voltar” – o terror pânico à água na geografia psicológica do sertão. Alfredo Constantino, “nascido e criado no Crato”. (BENCHIMOL, 1982, p. 177-179).

Por esses cantos e relatos desses trabalhadores que vieram para a Amazônia, percebe-se que tinham sentimentos diferentes daquilo que eles esperavam ao chegar aqui. Com certeza, a propaganda do Estado Novo foi muito importante para o convencimento desses migrantes, que pensavam estar partindo em busca de uma vida melhor. Infelizmente, a grande maioria não conseguiu, a contento, realizar os seus sonhos que se perderam no interior das florestas na Amazônia.

Deste modo, um estudo da toponímia da empresa seringueira e rural na Amazônia poderia ser uma importante contribuição no campo da sociologia e da geografia da paisagem e da ocupação humana regional, porque reflete as esperanças, o sofrimento, o sucesso, a fortuna e o desespero do imigrante que aqui chegou e do próprio nativo, com toda a sua carga anímica, os valores de sua cultura, as raízes de sua ancestralidade, a memória de seu passado e a expectativa de seu futuro. (BENCHIMOL, 1982, p. 205).

Ao tomarmos como referência a imigração argelina para a França estudada por Abdelmaleck Sayad (1998), encontramos similitudes entre as condições sociais da migração nordestina para a Amazônia, no período denominado “Batalha da Borracha” e a imigração analisada pelo sociólogo francês, podendo aprofundar e estreitar uma visão sobre esses dois deslocamentos populacionais. Para o sociólogo, a migração é formada por três princípios:

- 1) pela identidade do migrante;
- 2) pelas condições sociais da sociedade de origem, que motivaram a saída do sujeito em busca de melhores condições materiais de vida;
- 3) pela sociedade à qual este migrante se dirige, focado na perspectiva da mudança e nas formas de estabilidade social.

Sob a história da ponte migratória entre Ceará e Amazônia na década de 1940, encontramos dados importantes para afirmar que as condições sociais da sociedade argelina, bem como a da cearense, assim como a francesa e a amazônica tornam-se semelhantes, estreitam-se, afinam-se na experiência social de vida do povo que chega e daquele que recebe. Pois, procurando solucionar os dilemas causados pela seca e tentando abrandar os conflitos sociais, Ceará, Argélia, França e Vale Amazônico aproximam-se pela experiência migratória e pelas formas contextuais que o Governo de cada um criou para a finalidade de acomodação humana e demográfica.

Na experiência nacional na década de 1940 do século XX, através de tratados internacionais, cearenses rumam para a Amazônia para abastecerem a mão de obra necessária à extração da borracha, e nisso os contextos sociais de partida e chegada, bem como a rede de sociabilidade engendrada para amparar o migrante são fundamentais para compreender o sofrimento, o descaso e as formas degradantes de trabalho a que esses sujeitos se lançavam para reverter sua condição miserável.

Neste ponto, a migração se estabelece dentro dos campos das relações pessoais, exigindo do pesquisador uma análise das relações dos grupos domésticos. Como passo fundamental, a família e as condições de amparo social deste instituto nos apontam imagens, trajetórias, contextos, dilemas e sentimentos envolvidos no processo migratório.

Por isso, de acordo com Eunice Durham (1973), devido ao trabalho agrícola no Brasil ser atinente ao universo familiar, então migrar para outras regiões em busca de condições laborativas para execução deste tipo de trabalho, nos faz observar um movimento de readaptação interna da rede de sociabilidade familiar.

Imagem 01 - Cearenses em Marcha por Fortaleza rumo à Amazônia.



Fonte: Acervo MAUC/UFC.

2 Da fixação nordestina na Amazônia à propaganda governamental

Benchimol (1977) aponta dois casos importantes sobre a fixação nordestina na

Amazônia, que nos fazem refletir, por um lado, sobre as condições sociais de recepção social do “Soldado da Borracha”, e por outro nos desponta uma pergunta: por que voltar à terra de origem? Para o autor, há duas identidades pertinentes na migração nordestina para a Amazônia, o aventureiro e o sozinho, mas, por força do pertencimento familiar com sua terra de origem, logo essas duas identidades retornaram para o Ceará, despontando, assim, um risco iminente para a mão de obra necessária na exploração da borracha na Amazônia. Gostaria de enfatizar, primeiramente, que existiam diferenças dentro da própria “Batalha da Borracha” entre a primeira e segunda vinda. Segundo Benchimol:

A diferença entre essas duas correntes de imigrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de “cearenses” que se deslocavam do interior com suas famílias, a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha de centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Os brabos eram entregues à sua própria sorte, para sobreviver como pudessem nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início da fábrica, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta. (BENCHIMOL, 1982, p. 227-229).

O pensamento de Benchimol (1982) sobre essas duas identidades inclusas no processo migratório para a Amazônia nos faz concluir que o transporte do sertanejo sem sua família para os campos de trabalho é o mesmo que fazer uma migração temporária, efêmera, sem comprometimento de fixá-los à terra, e que isso agravaria o déficit de mão de obra na região, afetando a economia do extrativismo da borracha para atender ao principal comprador deste produto, os EUA.

Desse modo, trazer o sertanejo nordestino com sua família favorece a produção da borracha, bem como a formação de núcleos familiares e de povoamento. Com a família próxima, o migrante cearense continuaria seu elo familiar e social, que, mesmo expulso pela seca de 1942, esse “transertanejo” fixado em um novo território, antagônico àquele de sua origem, tendo sua família ao lado, as condições de retorno seriam dirimidas.

A família dentro do processo migratório no período da retomada da produção de borracha para atender à demanda que a Segunda Guerra Mundial requer, funcionou como um elemento fixador do sertanejo no Vale Amazônico, porém a maior parte das famílias fixadas trocavam as mazelas produzidas pela seca por dilemas idênticos vivenciados nas regiões amazônicas em que foram fixados.

Sobre este ponto, Benchimol (1977) afirma que, se houvesse melhores condições para a mulher nos locais de origem, o estabelecimento familiar do sertanejo na Amazônia não seria de grande impacto degradante, podendo até promover um processo colonizador e civilizador mais forte na Amazônia. Porém, isso não ocorreu, todos fugidos da fome, sem condições mínimas de subsistência, assinavam os contratos de trabalho e assistência apenas para não terem as últimas esperanças sociais e condições de saúde consumidas pelo flagelo da fome causado pelo estado de seca que o

Ceará enfrentava no início dos anos 1940 do século XX.

Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém [...] “Eu não queria vir, foi ele quem me obrigou” [...] “O jeito foi vir com meus quatro filhos” [...] “Bem que eu não queria vir” [...] “Prefiro morrer de fome na minha terra.” (BENCHIMOL, 1977, p. 187-197, *passim*).

A seringa “não se dá com mulher”, aprofunda a solidão já cultivada pela perda, pelo desatino, pela falta de vantagens e melindros em uma lida diária em que o sol é o elemento mais próximo de tempo, medidor da vida que passa. A “balata” afasta o amor, alimenta os fantasmas cultivados na falta, criados na solidão, no monólogo diário sobre a esperança. Mulheres e homens fugidos da seca encontravam na Amazônia uma paisagem verde, um campo que faltava para fazer valer a mudança. No calor, no remanso do rio, concluíam que o melhor não era vir, era apenas ficar na fome que um dia passa, mas era ficar.

Deveria ser um povoamento harmônico, atinado à nova dinâmica laboral incentivada pelos cofres federais e americanos, ligada à racionalidade do uso da terra e não mais a um elemento do extrativismo, mas a dinâmica social e laboral da exploração da borracha impossibilitava o povoamento, a fixação humana e a construção de uma nova demografia da Amazônia.

Era como que o novo, no piscar de olhos, tornou-se velho, carcomido, cheio de eventualidades. Como que a ponte comercial entre Brasil e EUA, que deveria remodelar a paisagem ambiental amazônica produziu uma eterna recorrência ao malogro territorial e à descontinuidade econômica, social e populacional, impossibilitando um processo civilizador na Amazônia.

Aquela altura, na década de 1940, os administradores locais queriam o grosso populacional desbravando terras antes imaginadas para uma civilização, mas por falta de motivo, deixavam para um outro dia. Um dia que chegou pelos braços fortes daqueles homens livres, trabalhadores da terra, mesmo fugidos da fome, o futuro tremulava na sombra daquela gente destemida, “braba”, sem chão e com um propósito: adestrar a natureza em um leite que viraria as rodas de um automóvel e de outros utensílios, desde os hospitalares que atendem a soldados mutilados dos fronts até a benesse dos altos postos das bases militares.

Imagem 02 - Cartaz da Marcha da Borracha.



Fonte: MAUC/UFC.

A borracha ia além de um simples produto beneficiado da matéria-prima de um item extrativista. Dentro da Segunda Guerra Mundial, tornava-se uma medida diplomática entre países, entre regiões que disputavam o mesmo poder e prestígio, pela Europa, América, Ásia, e, principalmente em nível nacional, entre Ceará, Rio de Janeiro e Vale Amazônico, pois a vinda desses sujeitos com suas famílias para os recôncavos florestais atrás de condições materiais de vida e sobrevivência não significou apenas a abertura de uma nova fronteira econômica ou a retomada comercial de um produto extrativista, significou mais, muito além do que os ganhos e perdas daquele contexto.

4

Estruturou, sim, a posição geográfica da Amazônia em um cenário econômico nacional e internacional que perdura até o presente momento. Desde os fins dos anos 1980 do século XIX este território serviu de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra.

Mas, retomemos o contexto da década de 1940 quando o governo Vargas “preocupado” com duas situações, a do Ceará e o da Amazônia, procurou apenas beneficiar as cercanias da Capital, Rio de Janeiro, com a Companhia Siderúrgica Nacional, enquanto todo o sofrimento ficaria em uma terra que o som das lamúrias se confundiria com o som dos pássaros, do balançar das copas das árvores. A cor do dia era verde, e estava cheio de improvisos adestradores daqueles homens e mulheres menos livres.

Havemos de concordar com Samuel Benchimol (1977) que o ciclo migrante nordestino para a Amazônia seguiu o curso de um de seus capítulos de estudos memoráveis: *Flagelado, Retirante, Brabo, Manso. E talvez Paroara*. É aceitável a assertiva capitular de Benchimol, pois a maior parte das famílias que migraram para cá devido ao estreitamento de parentesco entre os que chegaram como flagelados com aqueles que se remediaram com as oportunidades de vida que o trabalho da terra lhes oferecia, e voltavam para o Ceará em busca de novos homens livres dispostos a desbravar novas plagas amazônicas.

Por isso a referência à categoria de brabo, manso e ao migrante aliciador do romance de Rodolfo Teófilo (1974) “O Paroara”, feita por Benchimol (1977), é fundamental para entendermos as noções de sofrimento, esperança e trabalho dos migrantes nordestinos para a Amazônia. Uma vez que “[...] a maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma Amazônia sedutora, mas em seu exemplo, como um igual que conseguira prosperar em outras terras [...]” (CARDOSO, 2011, p. 24).

E vinham com suas diferenças e planos, chegavam à Amazônia e encontravam um contexto atípico àquele relatado nas aventuras de Seu José, que deixou de ser o “Zezé da mironga” quando saiu de sua terra natal; ou no acúmulo de riqueza do Senhor Raimundo que deixou o “Timungo” atrás da porta de entrada, depois da bênção dos pais, na hora da partida. Doenças, exploração laboral, dívidas contraídas através de um sistema de aviamento aperfeiçoado das primeiras experiências de trabalho na Região, e das condições insalubres de vida, que dizimava vários pela “barriga-d’água”, “beribéri”, diarreia, cólera, malária, febre amarela, tifo, pneumonia.

Imagem 03 - Concentração para a Marcha da Borracha (Rua General Sampaio, Fortaleza, CE).



Fonte: MAUC/UFC.

A noção de acúmulo de riquezas pelo trabalho manual com a terra, o sofrimento, a fome, o deslocamento territorial em busca de um espaço cultivável e habitacional, a figura do aliciador, do migrante, a saudade, são construções ideológicas e sociais internas pertinentes à constituição civilizadora do nordestino, que carrega consigo os estigmas, as marcas e as memórias e os esquecimentos. Alguns romances da literatura ficcional brasileira nos apresentam um lastro importante quanto à construção desses elementos pelo povo nordestino.

José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna e outros mais que preencheram seus romances e poesias construindo a imagem de um Nordeste ríspido e de um homem sofredor, trabalhador, mas destemido, que alcança seu objetivo com muito esforço e sacrifícios.

Por esta paisagem ideológica, podemos assimilar a lógica interna da constituição de vida do cearense em sua terra de origem e transpor todas essas experiências para o momento histórico entre 1942-45, quando ocorreu a migração em massa de nordestinos, principalmente, cearenses, para a Amazônia. Ao se referir ao cearense em um discurso proferido em Fortaleza, 1940, Getúlio Vargas, assim o enxergava:

[...] adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhado na floresta, foi aos confins do Brasil, reivindicando a Pátria e incorporando à soberania nacional de 200.000 quilômetros quadrados – todo território acreano. Essa obra é vossa, cearense. (VARGAS, 1940, p. 95-96).

Retomando a experiência nordestina na incorporação do Acre, Getúlio Vargas convoca, novamente, o povo cearense para mais uma empreitada heroica: povoar a Amazônia e arregimentar a economia nacional. Por conta de sua experiência

migratória, o povo cearense deveria ser o protagonista de uma brasilidade e da consolidação do território nacional, como se fossem artífices do corpo da Pátria.

No entanto, quais as condições contextuais para manutenção da vida no meio da floresta dariam meios de perpetuidade da ideia do cearense de artífices do corpo da Pátria? Além do trabalho na extração da seringa, pouquíssimas. Josué de Castro em *Geografia da Fome*, propondo um método geográfico que compreende o fenômeno social da fome que pudesse “[...] localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da Terra.” (CASTRO, 2002, p. 37).

Afirma que a fome na Amazônia é causada por fundamentos sociais permanentes e pela ausência de determinados nutrientes, que, em longo prazo, aceleraram a mortalidade de populações mais vulneráveis dependentes da geofagia regional, por isso a atuação do Estado para amenizar esse dilema é fundamental para o estabelecimento populacional, pois o homem sozinho não conseguiria extrair uma alimentação adequada para sua manutenção local (CASTRO, 2002).

Por essa razão, o sofrimento do cearense migrante para a Amazônia se dava pela permanente condição alimentar, habitacional e societária. Desde os fins do século XIX, uma vasta literatura foi produzida para compreensão das causas e condições de estabelecimento do homem na floresta amazônica. Neste sentido, Regina Horta Duarte destaca que:

A Amazônia é analisada como lugar instituído na temporalidade histórica por uma miríade de sujeitos que, por sua vez, enfrentam as condições do meio físico. Para tanto, Garfield dialoga com o geógrafo David Harvey, para quem os lugares são artefatos materiais e ecológicos construídos e experimentados no seio de intrincadas redes de relações sociais, repletos de significados simbólicos e representações, produtos sociais de poderes políticos e econômicos. Com Bruno Latour, o autor argumenta que a “natureza” é inseparável das representações sociais, e que a sociedade resulta também de elementos não humanos. Com Roger Chartier, considera os conflitos sociais à luz das tensões entre a inventividade de indivíduos e as condições delineadas pelas normas e convenções de seu próprio tempo. Esses horizontes precisam ser avaliados na investigação do que homens e mulheres pensaram, fizeram e expressaram (DUARTE, 2014, p. 2).

Destaca-se, inicialmente, o relato de Euclides da Cunha em visita oficial de reconhecimento do rio Purus, cujo objetivo era demarcar os limites territoriais entre o Brasil e o Peru. A obra, publicada póstuma em 1909, apresenta um relato condenatório das condições degradantes do trabalho no seringal, ao qual denominou um martírio humano viver sob leis próximas àquelas abolidas recentemente, em menção comparativa à do escravo que teve sua liberdade posta em 1888.

Para Cunha, o trabalho no seringal faz “[...] ferir e matar o homem e a árvore”, ao qual o homem “[...] trabalha para escravizar-se [...]” (CUNHA, 1999, *passim*). Destacamos que Euclides da Cunha tinha uma visão positivista e generalista, quando se tratava desses trabalhadores em migração para a Amazônia. Em “Judas -Ahsverus”, passagem de seu relato de viagem, Euclides da Cunha assim vê o seringueiro:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e defronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 1999, p. 55)

Rodolfo Teófilo, escritor e farmacêutico, em sua verve naturalista, escreve o romance “*A Fome*” em 1890, no qual elege seu protagonista o nordestino migrante para o Amazonas, afirmando que este sujeito teria apenas sofrimento em sua estada, pois “[...] lá o esperava o trabalho e a doença [...]” (TEÓFILO, 1979, p. 198).

Alberto Rangel (1927), em sua obra de 1907, “*Inferno Verde*” narra a história de Gabriel um caboclo que tem sua terra cobiçada por um nordestino, e por conta do que passou para se tornar um grande latifundiário, o nordestino prova sua sanha e transforma a vida deste caboclo em um inferno, deixando que a veia da maldade seja destilada na natureza, que os cerca, comande a vida dos dois.

Leandro Tocantins (1988), em “*O Rio Comanda a Vida*” faz uma forte alusão a Gilberto Freyre (2015) ao evocar semelhanças do seringal à “*Casa grande & Senzala*”: “o seringal, sede a beira do rio, possuía sua casa grande – o barracão, mesmo toscos – e a senzala: toda selva”. Ressaltando as formas de trabalhos exploratórios cujas condições de abastecimento e produção eram incompatíveis entre os sujeitos do seringal, pois a hierarquia local possui forte pertença aos níveis de poder e patrimônio.

6

Ao pesquisarmos sobre a trajetória dos nordestinos que migraram para a Amazônia devido às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Getúlio Dorneles Vargas, no caso da segunda fase da borracha, necessitaríamos ser muito criteriosos para fazer esta análise. Antes de tudo, precisamos entender o contexto político, econômico e social, para depois entrarmos na essência dessa trajetória de migração. Gostaria de reiterar que, ao se discorrer sobre políticas de migração de nordestinos em sua grande maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca.

Porém, queremos nos contrapor a esse argumento, afirmando que não se resume apenas à questão da seca o motivo para a migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, numa estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, o desemprego estrutural, tudo isso contribuiu para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar.

Existia também a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento. Ressaltamos que devido à forte participação do governo no convencimento através de desenhos,

figuras ilustrativas, fizera-nos eles pensar na possibilidade de uma nova vida e pelo próprio sabor de aventura como já dizia Benchimol (1982), naquele momento.

Para Jânia Maria de Paula (2010), em se tratando da migração nordestina e da pobreza que assolou o sertão nordestino e do período do “boom” da borracha, precisamos ser cautelosos para percebermos que o território não existe apenas no contexto da demarcação ou ainda como porção de determinado espaço, limites físicos, mas ao espaço amplo, formado e encarnado pela estrutura daqueles que foram fundamentais para sua formação.

O processo de des(re)territorialização pelos quais passaram os nordestinos, tanto na primeira, quanto na segunda fase da borracha, absorvendo os horrores da seca e a opulência do sistema capitalista, através da exploração desumana e sobretudo da ambição desenfreada dos seringalistas, adaptaram o seu viver no interior de uma terra desconhecida, e nem esse sofrimento desencorajou esses migrantes a esquecerem o espaço antigo de suas raízes, pelo contrário, acrescentaram seus costumes, seus jeitos de viver que se juntaram com a cultura local, revigorando essa nova territorialização.

Por isso, quando nos debruçamos sobre o factível das linhas migratórias nordestinas para a Amazônia, devemos ter noção de que essas linhas são caminhos materiais e seculares, renovadores das mesmas rotas de abastecimento e produção através de um modelo feito apenas para exportar.

Assim, compreender as condições de vida dentro deste modelo é visualizar várias formas de sofrimento, saudade, exploração e adensamento representativo pelo jugo de posses e ganhos, com que os senhores dos seringais viviam nas benesses, e os empregados dos seringais, muitos com suas famílias, sofriam pela desposse, pela dívida e por graves insalubridades de vida, determinantes para seu falecimento precoce e por seu esquecimento.

3 Alguns casos de seringueiros e seringalistas que foram parar na justiça

Vale a pena salientar que, mesmo após o fim da “Batalha da Borracha” por volta de 1947, quando se encerram os “Acordos de Washington”, os seringueiros que permaneceram nos seringais, continuavam tendo um tratamento desumano, com práticas de maus tratos, ameaças de surras e até a expulsão das terras dos patrões, daqueles seringueiros que não compravam mais do seringalista e vendiam sua produção para terceiros, sob a alegação de que estavam em débito com os patrões.

Eliane Cantarino O’Dwyer (1998) afirma que nas bacias dos rios Tejo e Breu, pertencentes ao conjunto hidrográfico do alto Juruá, ela esteve presente para constatar as relações sociais de trabalho. Sua visita neste local foi uma solicitação da Procuradoria Geral da República, conforme ela explica:

Cumprindo solicitação da Procuradoria Geral da República de realizar um levantamento antropológico das bacias dos rios Tejo e Breu, tributários do conjunto hidrográfico do Alto Juruá, subi o rio em direção às cabeceiras para reconhecimento in loco das relações sociais e do sistema de dominação caracterizado como forma de trabalho escravo prevalente nos seringais. Esta atividade extrativista secular distingue aquela região por uma especialidade: a exploração de borracha, apropriação da natureza pelo trabalho do homem. (O’DWYER, 1998, p. 15).

O’Dwyer (1998) reitera que compareceu a este local após denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, a respeito de violações das liberdades pessoais, uma variedade considerável de formas de constrangimento ilegal contra as pessoas estabelecidas naqueles locais, essas populações ainda continuavam com a prática do corte da seringa.

É importante acrescentar que o termo seringueiro não significava só uma condição de trabalho, porém, uma forma de inserção no mundo mediada pela floresta que, segundo os seus patrões denominavam de “os bichos seringueiros”.

O’Dwyer chama a atenção para uma reunião em que se consolidou a criação da Associação dos Seringueiros do Rio Tejo. Nessa ocasião, Pedro Ribeiro dos Santos solicitou o testemunho dos colegas de trabalho para tratar a respeito da definição de “bicho seringueiro”, como eram chamados pelos patrões.

Explicou: “os seringueiros que são bons pagadores e produzem mais de 1000kg por safra são considerados bichos pelos seus patrões”, dirigindo-se a nós: “na mata, cientista, não temos o nome de gente. Não é assim, freguesia?”, disse pedindo a confirmação dos companheiros. “Nós fazemos [a produção da borracha] mas não temos nome”, concluiu. (O’DWYER, 1998, p. 18).

Para O’Dwyer (1998), esse tipo negativo de exploração é absorvido pelos seringueiros como uma reflexão sobre o seu trabalho e sobre essa relação com os seus patrões. É possível que haja a construção de uma consciência ecológica, embora “selvagem”, diferentemente das utopias naturalistas atuais. Neste caso, a natureza é conservada porque eles precisam dela, não porque eles tenham essa consciência de que precisam conservá-la para a posteridade.

A autora chama a atenção para o fato de adquirirem animais para comerem através das caçadas não os tornavam menos críticos e tampouco faziam oposição para as caçadas de maneira exagerada praticada pelos patrões. Mas, ao observar o canto do uirapuru, a autora ressalta como sendo o único que não consegue ser imitado por outro pássaro de nome japiim, a partir daí, faz a seguinte comparação entre o pássaro uirapuru e os seringueiros da floresta.

É de prioridade desse canto inimitável que se rejubilam, como talvez deles próprios, únicos bichos que conseguem tirar da mata a seringa que os patrões comercializam nos grandes centros. São eles ao mesmo tempo, que zelam pela floresta e pelas árvores de seringas, para que o leite não seque e a mãe natureza mantenha-se eternamente fértil. (O’DWYER, 1998, p. 19).

O'Dwyer (1998) enfatiza a disputa judicial entre os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho e o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era o arrendatário do Seringal Oriente, localizado no alto rio Juruá. Esta audiência foi realizada em 19 de junho de 1989.

O motivo da disputa era a falta de pagamento de renda por parte dos seringueiros citados. O advogado do seringalista se manifestou primeiro argumentando que a renda era de direito do seringalista, pois isso vinha sendo pago há mais de dez anos pelos acusados, fato que lhes daria o direito da exploração das estradas de seringueiras.

Na sequência, o advogado de defesa considerou equivocada a ação de despejo. Tendo em vista que não havia respaldo legal para tal, pois os réus estavam amparados pela Lei nº 4.504 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e pelo decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966a), que proíbem que se negocie como preço de arrendamento uma quantidade determinada de frutos, ou produto, ou ainda o equivalente em dinheiro – e os réus pagam por estrada de seringueira, 33 kg de borracha por ano. Além dessa alegação, o advogado frisou, ainda, que não existe um contrato escrito e com mais um agravante o fato de o contrato ser indeterminado, o que cabalmente vai contra as regulações legais. (O'DWYER, 1998).

Quando o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era arrendatário do Seringal Oriente, depôs, ele afirmava que queria a devolução das estradas de seringueiras, por falta de pagamento da renda do ano de 1988, ele, inclusive, abria mão das áreas de moradias, com suas casas, suas lavouras e criação de galinhas, porco, ovelhas. Porém, não aceitaria indenizá-los por essas benfeitorias. Em contrapartida, os seringueiros afirmavam que de nada adiantava morar numa área tão extensa, sem poder extrair o látex das seringueiras. (O'DWYER, 1998).

O'Dwyer (1998) suspeita que, pelo fato de o seringalista exigir que os seringueiros comprassem suas mercadorias e vendessem sua produção de borracha, fosse o motivo da ação de despejo movido pelo seringalista, já que os seringueiros não compravam mais mercadorias com o patrão e tampouco vendiam sua produção de borracha, fato que contribuiu para essa disputa na justiça.

O argumento utilizado pelos seringueiros era de que eles preparavam todo o processo para a retirada do látex, ou seja, roçavam, preparavam as estradas, colocavam as escadas nos troncos das seringueiras, sem que o patrão os remunerasse por esse serviço, enquanto, anteriormente, o seringueiro era responsável apenas pelo corte.

Depois de efetuado todo o processo de instrução, observando que, para mover uma determinada ação, era imprescindível ter interesse e legitimidade, fato que não ocorreu, porque o autor da ação não comprovou com documentos o arrendamento do Seringal Oriente, o que contribuiu para a extinção do processo e o seu arquivamento.

Observa-se que o fim desse processo não significou uma trégua entre ambas as partes envolvidas. Os seringueiros enviaram uma mensagem via rádio declarando-se vitoriosos, porém, o seringalista enviou uma contra mensagem ao Alto Juruá, desmentindo-o. O'Dwyer destaca esse julgamento da seguinte forma:

Porque esse julgamento pode valer como uma notícia cifrada, dentro de uma garrafa, como as utilizadas pelos náufragos, e enviadas pelo Juruá abaixo antes mesmo de relatarmos a viagem pericial até os altos dos rios. E ainda, como acontecimento, ele revela uma singularidade: pode ser observado em todo o seu transcurso, desde o momento em que os seringueiros foram citados até as opiniões que emitiram nessas circunstâncias, acompanhando a vinda deles à cidade, viajando à noite, para chegar a tempo na audiência. (O'DWYER, 1998, p. 31).

O'Dwyer (1998) ressalta que, infelizmente, houve comentários maldosos e carregados de preconceitos por parte tanto dos funcionários, quanto pelos próprios membros da Vara Cível da Comarca a respeito dos seringueiros, taxando-os de analfabetos, desconhecedores dos procedimentos legais. A autora ressalta que:

O etnocentrismo desse tipo de opinião é do conhecimento antropológico, que considera cientificamente infundada a oposição entre pensamento primitivo, considerado pré lógico, e pensamento civilizado, como como sinônimo de culto e científico – sobre isso, ver carta aberta do antropólogo Raymundo Heraldo Maués de recusa a participar de uma perícia médica solicitada pelo juiz da 3ª vara da justiça federal por esta ver o índio “como portador de desenvolvimento mental incompleto” (Boletim da ABA, nº 6, 1º semestre de 1989 apud O'DWYER, 1998, p. 33).

4 Sistema de aviamento, mecanismo de exploração dos trabalhadores

8

Em se tratando de dramas, dificuldades e até atrocidades a que os seringueiros estavam sujeitos na Amazônia, não poderíamos deixar de apontar o sistema de aviamento,⁴ que colaborou para que essas mazelas acontecessem. Não é de nosso interesse fazer um estudo detalhado e aprofundado sobre o aviamento. Desejamos, apenas, enfatizar que esse era um meio pelo qual se dava a expropriação dos trabalhadores migrantes nordestinos na Amazônia. Neste sentido, utilizamos Roberto Santos, como referência principal sobre esse assunto, pois ele é considerado um clássico da literatura amazônica em se tratando da história econômica. Esse autor faz a seguinte observação:

4 Sobre esse tema ver também MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. Sociologia, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROColhendoNaturezaAINFO.pdf>. Acesso em: 29 de Jul de 2022.

Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno, era “aviado” por outro e pagava “juros extras” apreciavelmente altos. (SANTOS, 1980, p. 159).

Santos (1980) acrescenta, ainda, que, na parte mais alta da cadeia, encontravam-se as firmas exportadoras, eram as que mais se beneficiavam do acúmulo de renda através dos “juros extras” e da diminuição do preço local da borracha. Santos frisava que a cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. “Neste caso, ele próprio se constituía um “aviador” de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu “aviado” ou freguês”. (SANTOS, 1980, p. 159-160, grifos do autor).

Santos (1980) comenta que se tinha a ilusão de que a chegada dos nordestinos iria contribuir para “monetizar”, ampliando o sistema e minimizando as relações tradicionais de dependência. Muitos nordestinos tinham em mente o sentimento e o desejo forte do enriquecimento e o sonho com fortunas grandiosas em dinheiro. Mas logo caíram na realidade, e isso se tornou uma grande ilusão, sugerida pela eficácia do psicológico. Santos comenta a situação em que se encontravam esses migrantes após tamanha desilusão:

O seringueiro ficava de tal modo isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais, que seu vínculo com o “barracão” se tornava exclusivo e ele perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava. Nessas condições, a grande função desempenhada pela moeda seguia sendo a prestação de serviços de cálculo. (SANTOS, 1980, p. 158).

Santos (1980) observa que, mesmo após um século, o aviamento ainda deixava o seu rasto, que marcava com profundidade a sociedade regional. Santos afirma ainda que:

Em 1966, Amílcar Tupiassu o analisa sob uma ótica sociológica; ainda então concebia a sociedade amazônica como um continuum em cujas extremidades antípodas se encontravam o “macronúcleo urbano” e o “micronúcleo extrativista”. Ligando as extremidades entre si surgia o “elo” do aviamento. Nessa concepção, o aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda a estrutura social da Amazônia; mais ainda: por ser a via dos contatos do homem rural amazônico com a sociedade nacional, evitando que esse homem regressar ao estado indígena, o aviamento constituía, segundo Tupiassu, o mecanismo que lograva integrar à sociedade global o personagem isolado no seio da imensidão amazônica. (SANTOS, 1980, p. 158).

Santos (1980) faz uma observação importante sobre o possível embrião do aviamento, afirmando que, na época do Brasil colônia, nascia um regime de crédito, onde o negociante fixado em Belém abastecia de mantimentos a empresa coletora das “drogas do sertão”, que recebia um pagamento no final da expedição, o produto físico recolhido. Isso ficou conhecido como aviamento, que funcionaria como um grande mecanismo em toda a economia da região amazônica, no processo de extração e produção da borracha e que persiste até a atualidade, com pequenas modificações, sem muita importância.

Sobre o aviamento, destaca que ele surge a partir do momento em que a região amazônica entra em contato com o capitalismo industrial europeu através de um sistema fortemente monetizado. Ele chama a atenção para as características fundamentais que serviram como base para propiciar esse surgimento, onde ressalta que:

- a) Base de recursos naturais especialmente amplo e de difícil acesso;
- b) Atraso das técnicas de produção;
- c) Índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo;
- d) Presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
- e) Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito;
- f) Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (SANTOS, 1980, p. 155).

Diante de tais condições, esse autor admite que se tornava inevitável o uso do sistema de aviamento, fazendo com que as lideranças mercantis locais se integrassem aos interesses do mercado externo, ganhando duplamente, através de duas maneiras distintas. Primeiro, com os preços que cobram fora, e segundo com o tradicional sistema de exploração da mão de obra. Sobre o aviamento Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (2011) tem o seguinte entendimento:

Nos seringais tradicionais, a cadeia do aviamento, articuladora-mor das relações de produção, cuja natureza política é a dominação/exploração, coordena o processo técnico de produção e define a apropriação dos resultados do processo. [...] Esse sistema articula numa extensa e complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais os diferentes segmentos envolvidos no extrativismo da borracha. A economia da borracha constituiu-se numa trama de relações materiais e ideais dos homens com a natureza, fundada na teia de relações dos homens entre si. (CHAVES, 2011, p. 17-33).

Chaves (2011) completa sobre o aviamento, afirmando que ele se caracteriza por diversas maneiras de troca de mercadorias, no entanto, sem o uso do dinheiro. Devido à ausência de circulação monetária no interior dos seringais, os alimentos usados pelos seringueiros e seus dependentes eram fornecidos, ou seja, “aviados” para somente serem quitados quando acabasse o processo de produção. Chaves destaca que:

Durante aquele período, o seringueiro, enredado nas tramas da produção da borracha para o mercado europeu, tornou-se o personagem central dos enredos amazônicos. Essa condição não significou para esse produtor melhorias em suas condições de vida; ao contrário, relegou-o, a um extremo empobrecimento resultante das relações de trabalho, fundadas na superexploração que marcaram as empresas extrativistas (seringais tradicionais) na cadeia do aviamento. (CHAVES, 2011, p. 13).

É importante enfatizar que, embora estivessem sujeitos às relações semisserviis, os seringueiros sempre praticavam alguma forma de reagir, de acordo com a situação, afirma Chaves (2011). Alguns, embora indignados, não se manifestaram, outros fugiam ou então arrumavam confusão com o patrão. Sobre esses fatos, a autora confirma que:

Segundo depoimentos dos seringueiros mais antigos, sempre se ouvia falar de “greves”, onde o conjunto dos trabalhadores se rebelaram contra as condições de exploração. A espoliação sofrida pelos seringueiros não pode ser entendida como sendo restrita à relação seringueiro-seringalista, mas no interior das relações entre uma modalidade de produção, o extrativismo e o modo de produção dominante, o capitalismo. Embora a produção da borracha não se ajuste aos moldes da produção especificamente capitalista, ele estava subordinado à condição imposta à Amazônia, ou seja, a indústria europeia em sua crescente necessidade de expansão atribui a esta região o papel de fornecedora de matéria prima. (CHAVES, 2011, p. 38).

Ao se tratar da alimentação dos seringueiros durante o período da produção da borracha, Chaves (2011) afirma que quando os trabalhadores se dirigiam para a floresta com o objetivo da retirada do látex, nas estradas de seringueiras, não levavam nada para se alimentar, fato constatado na declaração de um seringueiro chamado Dorvalino. Observe-se o que ele diz:

A gente chega às vezes onze horas, dez horas da estrada, às vezes, às vezes não tem o que comer, a gente tem outro trabalho no roçado da gente: - velha faz um frito de farinha aí, pra mim aguentar o estômago. Num tem nada pra almoçar, num tem. Então nós vamos comer só de noite, porque a hora que eu chegar eu vou trabalhar. Eu pegava meu terçado e quando dava cinco horas (da tarde), bem não aguento mais a fraqueza, as pernas tavam tremendo. Quando chegava na beira do (rio): - ei velha! Traz a tarrafa! Aí ela trazia para mim na beira, aí eu pegava o meu peixe. Quando era sete, oito horas (da noite) já tava em casa, então nós ia jantar. (seu Dorvalino). (CHAVES, 2011, p. 46).

Se existe problema quanto à alimentação, imagine-se em relação à saúde desses trabalhadores que vivem embrenhados na selva em busca do tão cobiçado látex. O quanto era complicado, quando o trabalhador, que tirava o sustento para sua casa, naquele serviço de alto risco, viesse a ficar doente. Chaves (2011) ressalta que, com relação à saúde do seringueiro, em caso de acidentes graves que viessem a tornar o trabalhador inválido, ou até mesmo no caso de óbito, eram as mulheres que ficavam responsáveis para assumir o lugar do marido no processo de produção da retirada do látex, como forma de sustentar sua prole.

Chaves (2011) constatou outra situação que merece destaque, é quanto ao processo de defumação, que causava muitos males aos trabalhadores, devido à aspiração da fumaça diariamente, dessa maneira os pulmões não aguentavam muito, após dois anos, estavam comprometidos. Vale a pena frisar que este processo de defumação foi mudado nos últimos anos da década de 1970, para o uso da prensa, o que contribuiu grandemente para a redução do tempo de trabalho e um menor esforço durante o processo.⁵

Para Teixeira (2009), o romance *A Selva*, publicado em 1930, de Ferreira de Castro, foi a maior demonstração dos dramas sociais e da violência sofrida no regime de aviamento. Muito jovem ficou órfão e emigrou para Belém, para casa de um tio, que o encorajou a ir para um seringal, onde lá, vai perceber a brutal contradição entre o barracão e a mata, a diferença entre o comércio de extração do látex e a forma servil das relações de trabalho, marcada pelo excesso de violência física. Ferreira de Castro pode perceber com muita intensidade o sofrimento humano através da colheita da borracha, cujos lucros se destinavam ao exterior, diferentemente do café, onde os lucros permaneciam aqui no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social em seus locais de produção e venda.

Teixeira afirma ainda que:

A borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou a miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativeiro. O café criou, sem dúvida, uma riqueza concentrada nas mãos da elite cafeeira, mas alimentou os meios de uma burguesia que assumiu plenamente as possibilidades do capital e diversificou seus investimentos no comércio, na indústria, nas finanças, nos transportes, de maneira a descolonizar a riqueza que lhe chegava às mãos. (TEIXEIRA, 2009, p. 11).

Para Teixeira (2009), o que aconteceu com o café foi muito importante para garantir o desenvolvimento econômico

5 É muito importante frisar que os migrantes que vinham para a Amazônia para trabalhar no corte de seringa, a grande maioria só trabalhava no verão, pois o período do inverno era impróprio para a colheita, por causa da chuva. Isso era um complicador a mais em relação à dívida que, assim, só crescia.

do Brasil e as mudanças sociais que ocorreram naquele período. Bárbara Weinstein (1993) também já chamava a atenção para a discrepância entre a produção de café, cacau e borracha. A economia cafeeira é um exemplo espetacular, em toda a América Latina, de um desenvolvimento continuado, advindo pela geração de lucros da exportação do café. Porém, sobre a borracha, a autora é bem enfática, afirmando que:

A prosperidade promovida pelo negócio da borracha, ao contrário, mostrou-se efêmera e superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas socioeconômicas características do período colonial. (WEINSTEIN, 1993, p. 16).

Considerações Finais

Discutiu-se no texto por ora analisado, às diversas nuances da migração nordestina para a região amazônica, em particular, a partir da visão dos próprios sujeitos, de fontes primárias, além de uma revisão bibliográfica que versa sobre o tema.

Com isso, procurou-se entender os processos de fixação e de mobilidade de migrantes nordestinos para a Amazônia, tendo como pano de fundo, a propaganda governamental varguista.

Outrossim, explorou-se alguns casos pontuais acerca de questões trabalhistas que envolvem tanto seringueiros quanto seringalistas, em uma época em que essas relações e condições de trabalho eram bastante precárias.

Por fim, analisou-se a conjuntura do sistema de aviamento, com ênfase na análise de como esses mecanismos corroboraram para a exploração da mão de obra local. Destarte, pode-se observar, e depreende-se, que as relações de trabalho eram precárias, e o processo migratório foi influenciado pela Getulista, com o objetivo de atender a demanda por borracha norte-americana e parte do mercado interno.

O texto não tem a pretensão de ser algo estanque, mas que aponte caminhos para possíveis questionamentos e discussões.

Referências

BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco: antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, S. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1982.

BRASIL. **Decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966a**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm. Acesso em: 26 Jul 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de novembro de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 26 Jul 2022.

CARDOSO, A. A. I. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 244f. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: [s.n.], 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2839/1/2011_Dis_AAICardoso.pdf. Acesso em: 15 Jul 2022.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, M. P. S. R. De **“cativo a liberto”**: o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CUNHA, E. **À margem da história**: Euclides da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUARTE, R. H. *Garfield, Seth in Search of the Amazon*: Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, São Paulo jan./jun. 2014. Resenha de: GARFIELD, S. *In: Search of the Amazon*: Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a19v34n67.pdf>. Acesso em: 25 Jul 2022.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. Editora São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2015.

MIYAZAKI, N.; ONO, M. **O aviamento na Amazônia**. Sociologia, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958a. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROCollendoNaturezaAINFO.pdf>. Acesso em: 29 de Jul de 2022.

O'DWYER, E. C. **Seringueiros da Amazônia**: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

PAULA, J. M.; *et al.* O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico. **Revista Geografar**, v.5, n.1, p. 61-82, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/17782/11611>. Acesso em: 23 Jul 2022.

RANGEL, A. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 4. Ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAYAD, A. **A imigração ou paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TEÓFILO, R. **A Fome**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979.

TEÓFILO, R. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

TOCANTINS, L. **O Rio comanda a Vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

VARGAS, G. **O Ceará e os seus Homens de Trabalho**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, [s.d.]. 1940. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/33.pdf>. Acesso em: 15 Jul 2022.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência: 1850-1920. São Paulo: Ed. USP, 1993.